



Assembleia da União das Freguesias de Caparica e Trafaria

EDITAL 37 / 2014

Maria Evangelina Matos Pereira, Presidente da Assembleia da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, torna público, que na Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril, realizada no dia 22 de abril de 2014, a União da Assembleia das Freguesias de Caparica e Trafaria, aprovou a seguinte moção:

MOÇÃO

CONTRA A DESTRUIÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Nos últimos anos, mercê das políticas de direita levadas a cabo por sucessivos Governos quer do PSD quer do PS com ou sem CDS, temos vindo a assistir a um processo de privatizações e de encerramento de serviços públicos, com o objetivo de fomentar a concentração do poder económico e político, visando a reconstituição de uma estrutura monopolista que hoje já domina grande parte da economia nacional.

A privatização de serviços da Administração Pública e de empresas públicas, reduz objetivamente a capacidade de intervenção do Estado em áreas fundamentais, que assim são entregues a interesses que nada têm a ver com o interesse nacional, conduzindo à promiscuidade dos grandes negócios com o poder político e à violação do princípio constitucional da submissão do poder económico ao poder político.

Estas opções têm reflexos diretos na vida dos cidadãos, com os ataques às funções sociais do Estado, como por exemplo na educação, na saúde, na segurança social, na cultura. O acesso a estes serviços tem vindo a ser dificultado por via de encerramentos, da redução do número de trabalhadores, da diminuição dos montantes das prestações sociais, do aumento das taxas moderadoras, do aumento do custo com deslocações, num quadro de verdadeiro terrorismo social. É disso exemplo o encerramento do Centro de Saúde da Trafaria, obrigando os seus utentes a deslocarem-se a outra freguesia, com o inerente aumento das despesas com os transportes.

Têm sido igualmente atacados outros serviços públicos imprescindíveis nas áreas da água pública, da energia, do ambiente, dos transportes ou dos resíduos, com a sua entrega na totalidade ou em parte a privados, tornando-os inacessíveis à generalidade dos cidadãos, não garantindo a

manutenção da qualidade dos serviços, e, sobretudo, mais uma vez, contrariando o quadro legal e constitucional do país.

É neste quadro que o atual Governo anunciou a privatização da água pública e desencadeou formalmente a privatização da maioria do capital social da EGF/AMARSUL.

Esta privatização conduzirá à transferência do controlo sobre a gestão deste setor estratégico, para interesses que nada têm a ver com a prestação de um serviço público, consubstanciando mais uma ofensiva contra o Poder Local Democrático, afastando os Municípios do controlo desta área da vida coletiva, pondo em causa os direitos dos trabalhadores e os seus postos de trabalho.

Assim, considerando que a defesa do interesse público e dos serviços públicos é incompatível com os interesses privados e com o lucro, a Assembleia da União das Freguesias da Caparica e Trafaria, reunida em sessão ordinária no dia vinte e dois de abril de dois mil e catorze, decide:

1. Rejeitar a política de destruição, privatização e encerramento de serviços públicos;
2. Rejeitar a privatização da EGF/AMARSUL;
3. Exigir a reabertura do Centro de Saúde da Trafaria;
4. Exigir a adoção de políticas e medidas que garantam a universalidade do acesso aos serviços públicos, bem como a sua qualidade nos termos constitucionalmente previstos.

Para conhecimento geral se publica o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

Caparica, 23 de abril de 2014

A Presidente


(Maria Evangelina Matos Pereira)